

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0368–12/08 à 16/08/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Ministro Aloysio Corrêa da Veiga é eleito próximo presidente do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/08/2024

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho elegeu, nesta segunda-feira (12), a nova administração do Tribunal. O ministro Aloysio Corrêa da Veiga será o presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O ministro Mauricio Godinho Delgado será o vice-presidente, e o ministro Vieira de Mello Filho será o corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

A votação normalmente é secreta, mas houve um consenso prévio sobre os três nomes, que foram eleitos por aclamação. Para o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, isso revela a maturidade do Tribunal ao adotar uma transição serena e voltada para o interesse maior da sociedade.

Ao agradecer a eleição, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga ressaltou o papel social da Justiça do Trabalho em seus mais de 80 anos de existência. “Precisamos firmar nossa vocação para que nossas decisões tenham estabilidade e segurança”, afirmou, ao defender a adoção de considerações precedentes. O próximo presidente também ressaltou a importância da autonomia da vontade e da busca de soluções consensuais para os conflitos trabalhistas, bandeira que já vem conduzindo à frente da Vice-Presidência do TST.

O ministro Mauricio Godinho Delgado também defendeu a afirmação da Justiça e do Direito do Trabalho e afirmou que a Vice-Presidência estará aberta a toda a sociedade, no sentido de consolidar a justiça social.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF e TRT-4 firmam acordo para compartilhar desenvolvimento de sistema de inteligência artificial](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/08/2024

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, assinou nesta sexta-feira (16), em Porto Alegre (RS), um acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4) para o desenvolvimento colaborativo do sistema Galileu. A ferramenta utiliza inteligência artificial e foi criada pelo Laboratório de Inovação do TRT-4. Ela ajuda magistrados e magistrados a agilizar a redação de decisões, a partir da automatização de tarefas burocráticas e da pesquisa de jurisprudência relacionada ao caso.

[Ministros do STF e especialistas discutem desafios da Inteligência Artificial no Direito](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/08/2024

Nesta segunda-feira (19), o Supremo Tribunal Federal (STF) realiza o evento “Impactos da Inteligência Artificial no Constitucionalismo Contemporâneo”, que contará com a presença de ministros e de especialistas no tema, inclusive internacionais. O encontro acontecerá na sala de sessões da Primeira Turma do STF, das 9h30 às 13h, e será aberto ao público que realizou previamente a inscrição. A abertura contará com a presença do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, do decano da Corte, ministro Gilmar Mendes, e da ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo.

[STF e proteção de dados pessoais: decisões da Corte marcaram a evolução de um novo direito fundamental](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/08/2024

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), que regula a privacidade e o tratamento desses dados, completa seis anos nesta quarta-feira (14). A norma representa um avanço na regulação do uso de dados no mundo real e virtual, na medida em que altera e atualiza dispositivos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), editado quatro anos antes.

[STF tem novas diretrizes para segurança cibernética e proteção de dados](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/08/2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) implementou sete novas Instruções Normativas (INs) voltadas para segurança da informação em 2024. Na prática, os documentos significam um avanço na estruturação de um ambiente cibernético mais seguro, o que impacta diretamente na proteção dos dados pessoais coletados pela Corte, uma vez que criam uma base normativa de preservação e guarda. Para conhecer o teor das INs, acesse a página dos atos normativos ou veja a lista abaixo.

[Operador de máquinas pesadas receberá adicional por exposição a vibração excessiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/08/2024

A empresa Marca Ambiental Ltda., de Cariacica (ES), foi condenada a pagar o adicional de insalubridade a um operador de máquinas pesadas exposto a níveis de vibrações excessivos durante a jornada. A Marca buscava no TST se isentar da condenação, mas o recurso foi rejeitado pela Segunda Turma.

[TST realiza sessão solene de posse do ministro Fabrício Gonçalves na próxima quarta-feira \(21\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/08/2024

O Tribunal Superior do Trabalho realiza, na próxima quarta-feira (21), às 17h, a sessão solene de posse do ministro Fabrício Gonçalves, no Auditório Ministro Arnaldo Süssekind, no térreo do bloco B. O novo ministro já havia tomado posse administrativa em julho e, desde o início do semestre, atua na Sexta Turma e na Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).

[Justiça do Trabalho lança na segunda-feira \(19\) protocolos para julgamentos sem discriminação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/08/2024

A Justiça do Trabalho lança, na próxima segunda-feira (19), às 17h, três protocolos de julgamento que trarão orientações claras e práticas para que juízes e juízas do trabalho deem atenção, em suas decisões, a processos históricos e estruturais de desigualdade. Os documentos propõem um olhar sem vieses ou preconceitos sobre diversidade, inclusão e combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil.

[Agroindústria indenizará mulher de trabalhador rural incapacitado por sequela cerebral após acidente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/08/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da São Martinho S.A, agroindústria de Pradópolis (SP), condenada a indenizar a mulher e curadora de um trabalhador rural com graves sequelas cerebrais em razão de acidente de trânsito em serviço. Ela teve de deixar de trabalhar para cuidar do marido, interditado judicialmente em razão das lesões.

[TST lança painel estatístico de acordos de cooperação técnica](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/08/2024

A Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) lança, nesta terça-feira (13), o [Painel Estatístico dos Acordos de Cooperação Técnica](#) realizados pelo TST. Com a ferramenta, é possível acompanhar o número total de processos, as petições de desistência e os acordos conduzidos pelo Tribunal, além de obter a lista todas as partes envolvidas e utilizar filtros que facilitam a visualização de processos por segmento de informação.

[Justiça do Trabalho monitora decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/08/2024

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos consolidou-se pela Convenção Americana de Direitos Humanos, popularmente conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, de 1969. O documento estabelece dois órgãos competentes para buscar o cumprimento dos direitos nela previstos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), fundada em 1959, que tem competência consultiva, e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), com competência jurisdicional, fundada em 1979. Em 10 de dezembro de 1992, o Brasil reconheceu a jurisdição da Corte IDH e, dessa forma, suas decisões em relação ao Estado brasileiro são vinculantes, ou seja, devem ser cumpridas. Além disso, há outros impactos resultantes das manifestações da Corte e da Comissão.

Notícias do Executivo

[Fórum da Aprendizagem debate os desafios e oportunidades na implementação da recomendação 208 da OIT](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/08/2024

Os desafios e as oportunidades de implementação da Recomendação 208 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi pauta na segunda reunião do Fórum Nacional da Aprendizagem (FNAP), que aconteceu na quinta-feira (15), virtualmente, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A norma trata sobre a aprendizagem de qualidade e foi aprovada no ano passado durante a conferência anual da entidade.

[Ministério do Trabalho e Emprego discute pesquisas sobre inteligência artificial e seus efeitos no mundo do trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/08/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu na última quinta-feira (15) Rafael Grohmann, diretor do Digilabour e representante do Observatório Internacional de Inteligência Artificial. Durante o encontro, Grohmann apresentou ao ministro e aos membros do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial (GT-IA) do MTE os projetos de pesquisa que analisam os impactos da inteligência artificial no mundo do trabalho, desenvolvidos em diversos países, incluindo o Brasil. A iniciativa do ministério visa coletar contribuições para enriquecer a agenda de debates do GT-IA, que foi estabelecido no dia 13 de agosto.

[MTE libera R\\$ 4,3 bilhões para iniciar pagamento do Abono Salarial nesta quinta-feira \(15\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/08/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começa a pagar o sétimo grupo de trabalhadores com direito ao Abono Salarial nesta quinta-feira (15). Serão pagos abonos a 4.038.770 milhões de trabalhadores com direito a receber o benefício, com recursos liberados de R\$4.304.326.670,00 bilhões. O Abono Salarial será pago a 3.558.672 trabalhadores de empresas privadas com direito ao PIS, pagos pela Caixa Econômica Federal, e a 480.098 mil servidores públicos com direito ao PASEP, pagos pelo Banco do Brasil. Neste calendário, o valor do benefício varia de R\$118,00 a R\$1.412,00 de acordo com a quantidade de meses trabalhados durante o ano-base de 2022.

[Comitê do Pacto Nacional pela Inclusão das Juventude define plano de ação](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/08/2024

Gerar boas oportunidades de inclusão produtiva para a juventude é algo urgente e que envolve toda a sociedade. Nesse sentido, aconteceu a segunda reunião do Comitê Gestor do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes, ontem (13), na Fundação Roberto Marinho (FRM), no Rio de Janeiro. Sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Pacto reúne representantes de órgãos públicos, empresas, da juventude, instituições de educação e organizações internacionais.

[Ministério do Trabalho e Emprego instala Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial \(GT-IA\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/08/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta terça-feira (13) da implantação do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial (GT-IA) do MTE. Na solenidade ele afirmou que os desafios impostos pela velocidade da implementação da Inteligência Artificial são sérios e precisam ser avaliados em todas as suas dimensões, inclusive, ética, alertando que a sociedade precisa debater como promover a apropriação das inovações tecnológicas. Marinho destacou que a criação do GT-IA reflete o compromisso do MTE em assumir um papel de protagonismo na condução de políticas públicas, garantindo que as mudanças impulsionadas pela Inteligência Artificial (IA) beneficiem os trabalhadores brasileiros e, ao mesmo tempo, reduzam os riscos de exclusão do mercado de trabalho. “Muitas vezes, as inovações são apropriadas por poucos, o que aumenta as desigualdades”, alertou o ministro.

[Portaria prorroga o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social até 13 de novembro](#)

Ministério da Previdência Social - 14/08/2024

A [Portaria Conjunta MGI/MPS/Casa Civil nº 57](#) prorrogou o prazo, para até 13 de novembro deste ano, do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PE-FPS). O normativo foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União da última quarta-feira (13). O programa foi criado em julho de 2023 pela Medida Provisória nº 1.181, com o objetivo de reduzir o tempo de análise de processos administrativos de reconhecimento inicial, manutenção, revisão, recurso, monitoramento operacional de benefícios e avaliação social de benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[Como saber o resultado da minha perícia médica?](#)

Ministério da Previdência Social - 14/08/2024

Os segurados que recebem ou buscam receber o Benefício por Incapacidade realizam exames médicos periódicos para verificar suas condições de saúde. Consultar o resultado dessas perícias do INSS é um passo importante, ao permitir que o beneficiário acompanhe seu estado de saúde e veja se o benefício será deferido ou mantido.

[Perícia altera sistema para aprimorar análise de exposição a agentes nocivos](#)

Ministério da Previdência Social - 13/08/2024

Seguindo uma recomendação da Auditoria-Geral do INSS, a Perícia Médica Federal aprimorou o fluxo de atendimento nas tarefas de “análise processual de exposição a agentes nocivos para fins de conversão de tempo especial”. Os sistemas da Perícia foram ajustados para não mais permitir que processos envolvendo aposentadoria com tempo especial fiquem sem andamento. A medida vai aperfeiçoar o processo de concessão desse tipo de benefício. Na prática, a mudança exige que os peritos atuem de maneira conclusiva a respeito dos pedidos, sem possibilidade de atribuir status de exigência (em que o processo pode ficar sem andamento).

[Fundacentro contribui para discussões sobre mudanças climáticas e trabalho em reunião do G20](#)

Fundacentro - 15/08/2024

O aumento do risco de estresse térmico no Brasil e os impactos no trabalho a céu aberto foram levados pela Fundacentro à última etapa do G20 Brasil, do Grupo de Trabalho sobre o Emprego, liderado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O evento, que ocorreu de 23 a 26 de julho em Fortaleza/CE, contou com a participação do tecnologista Daniel Bitencourt e do presidente José Cloves da Silva, ambos da instituição. Esse maior risco se deve à elevação da temperatura e à intensificação de outros parâmetros, como umidade e radiação solar. “As atividades que exigem maior esforço implicam numa maior taxa metabólica que agrava consideravelmente a exposição ocupacional ao calor com risco de estresse térmico”, afirma o tecnologista da Fundacentro.

[Curso “SST na Indústria da Construção” será ministrado no Piauí por especialistas da Fundacentro](#)

Fundacentro - 15/08/2024

As pré-inscrições para o curso SST na Indústria da Construção estão abertas e podem ser feitas até as 12h do dia 21 de agosto. As confirmações de inscrições serão realizadas por e-mail a partir do dia 21 de agosto. O curso será na modalidade presencial e conta com 60 vagas disponíveis. As aulas serão de 27 a 29 de agosto, das 8h30 às 17h30, e acontecerão na Mútua-PI, localizada na Rua Lisandro Nogueira, 1466, no bairro Centro (Sul) de Teresina/PI.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Instituições assinam pacto contra o assédio eleitoral em Sergipe](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/08/2024

A união de instituições contra o assédio eleitoral marcou a solenidade de assinatura do Pacto contra Assédio, Discriminação e Trabalho Infantil nas Eleições 2024, proposto pelo Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Representantes de Municípios, partidos políticos e instituições compareceram ao auditório do TRE-SE, em Aracaju, para formalizar a adesão.

[MPT-PR promove encontro para discutir assédio eleitoral em Londrina](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/08/2024

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) promoveu um encontro para discutir questões relacionadas ao assédio eleitoral, na manhã de 9 de agosto, em Londrina. O objetivo foi ampliar os debates e as reflexões sobre a importância da conscientização e do combate ao assédio eleitoral no ambiente de trabalho. O evento aconteceu no auditório da sede do Sindicato dos Vigilantes de Londrina e Região, e contou com a participação de representantes do MPT, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação da Advocacia do Trabalho no Paraná (AATPR), movimentos sindicais e sociedade civil.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT passa a integrar o Coletivo em Defesa dos Trabalhadores na Reforma Tributária](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/08/2024

O SINAIT é uma das entidades que se uniram ao Coletivo de Entidades do Paraná em Defesa dos Trabalhadores na Reforma Tributária (COLETIVO-PR). A delegada sindical de Curitiba, Dalva Coati, e o vice-presidente da Delegacia Sindical do SINAIT no Paraná (DS-PR), Fábio Lantmann, representam o Sindicato Nacional no grupo. O objetivo do Coletivo é somar forças na luta por uma Reforma Tributária que garanta a progressividade dos impostos e equidade ao sistema tributário brasileiro.

Outras Notícias

[Trabalhador com nome negativado por causa de empresa será indenizado](#)

Consultor Jurídico - 16/08/2024

As multas de trânsito aplicadas a motorista em carro locado em nome de empresa são de responsabilidade da referida companhia. Não fazer esses pagamentos, gerando protesto no nome do empregado, configura dano moral e, portanto, dever de indenizar. Sob essa fundamentação, a 16ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve pagamento de indenização por danos morais a um profissional inscrito em cadastro de devedores por falta de pagamento de multa de trânsito em carro locado pela empresa na qual era funcionário.

[TRT-2 cita gordofobia em processo seletivo e ordena indenização](#)

Consultor Jurídico - 16/08/2024

A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) confirmou sentença que condenou empresa a indenizar por danos morais um trabalhador preterido por ser obeso e ter pressão alta. O homem ofendido havia recebido promessa de admissão no cargo de vendedor de automóveis e se desligado do emprego que ocupava antes da desistência da companhia em efetivar o compromisso. O valor arbitrado foi de R\$ 30 mil.

[Proteção legal do meio ambiente do trabalho nas normas civis](#)

Consultor Jurídico - 16/08/2024

Para proteger o meio ambiente, nele incluído o do trabalho, a lei brasileira criou a

responsabilização de natureza civil, que pode abranger os danos ao meio ambiente do trabalho e aqueles decorrentes dos acidentes de trabalho consumados, que consistem em indenizações por danos material, moral e estético e pela perda de uma chance e são devidas pelo empregador ou tomador de serviços independentemente da imposição das outras responsabilidades de natureza administrativa, previdenciária, trabalhista e penal, porque decorrentes do descumprimento de deveres legais ou contratuais.

[Urgente! Está na lei: 'pejotizar' é terceirizar](#)

Consultor Jurídico - 15/08/2024

“É lícita a terceirização por ‘pejotização’, não havendo se falar em irregularidade na contratação de pessoa jurídica para prestar serviços terceirizados na atividade-fim da contratante, tampouco presumir que essa contratação teria como única finalidade reduzir a carga tributária da empresa.” O trecho acima é transcrição da ementa da decisão proferida pela 2ª Turma do STF em 27/5/2024 nos autos da Reclamação Constitucional 58.665, tendo como relator o ministro André Mendonça.

[Decisão sobre horas extras em atividades insalubres é paradigmática](#)

Consultor Jurídico - 15/08/2024

São incontáveis as vozes que criticam a chamada cultura paternalista da Justiça do Trabalho e a sua proteção exagerada ao trabalhador. É importante reconhecer, entretanto, que muito dessa avaliação se dissipou com o advento da reforma trabalhista, que prestigiou a prevalência do negociado sobre o legislado. Apesar da mudança promovida na legislação, a transformação segue passos mais lentos na prática. Um exemplo recorrente de controvérsia entre tribunais envolve a validade dos acordos coletivos em atividades insalubres.

[Mendonça anula decisão que reconheceu vínculo e manda TRT-2 proferir outra](#)

Consultor Jurídico - 14/08/2024

O Supremo Tribunal Federal já validou a terceirização de toda e qualquer atividade ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre empresas distintas, independentemente do objeto social das envolvidas. Sob essa fundamentação, o ministro André Mendonça, do STF, anulou uma acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da

2ª Região (SP) que havia reconhecido o vínculo de emprego entre um médico e um centro de assistência médica. O magistrado determinou que seja proferida outra decisão, desta vez seguindo a jurisprudência da corte.

[Demissão durante tratamento de câncer gera reintegração e dano moral](#)

Consultor Jurídico - 13/08/2024

A juíza Julia Pestana Manso de Castro, da 6ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo, determinou, em decisão liminar, a reintegração imediata na função e restabelecimento do plano de saúde em 48 horas a bancário dispensado durante tratamento de câncer. O ato foi considerado discriminatório, sendo a instituição obrigada a pagar os salários do período e reflexos, indenizar o trabalhador pelo dano material relativo aos gastos com convênio médico e arcar com o valor de R\$ 30 mil a título de dano moral.

[Definir quantas vezes trabalhador vai ao banheiro não gera condenação](#)

Consultor Jurídico - 12/08/2024

A organização da rotina de trabalho dos empregados, inclusive no que diz respeito às pausas para ir ao banheiro, faz parte do poder de direção do empregador e não gera condenação. O entendimento é da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que manteve decisão que negou indenização por dano moral a favor de uma trabalhadora de teleatendimento que acionou o Judiciário por ter o uso do banheiro limitado.

[Empresa não ressarcirá INSS por acidente com culpa da vítima](#)

Migalhas - 18/08/2024

A 2ª vara Federal de Canoas/RS rejeitou o pedido do INSS para ser reembolsado pelas despesas com benefícios concedidos a segurado que sofreu acidente de trabalho. A decisão, proferida pela juíza Federal Ana Paula Martini Tremarin Wedy, baseou-se na conclusão de que a culpa pelo acidente foi exclusivamente da vítima. O INSS havia movido a ação contra uma empresa de Sapucaia do Sul/RS, relatando que o trabalhador foi contratado em 7 de janeiro de 2019 e, quatro dias depois, sofreu um acidente de trabalho grave que resultou na amputação de dedos dos pés, levando ao afastamento das atividades laborais por mais de dois anos.

[Homem que recebeu cinco meses de seguro-desemprego enquanto trabalhava é condenado](#)

Migalhas - 18/08/2024

A 1ª vara de Rio Grande/RS condenou um morador de Bagé/RS por estelionato após ele ter recebido cinco parcelas de seguro-desemprego enquanto ainda mantinha vínculo empregatício com uma empresa. A sentença, proferida pelo juiz Federal Davi Kassick Ferreira, foi publicada em 12 de agosto. O MPF acusou o réu de ter obtido, de forma fraudulenta, cinco parcelas do seguro-desemprego entre junho e outubro de 2017, causando um prejuízo de R\$ 6.865.

[CAT não é obrigatória em assalto a banco sem prova de lesão, decide TST](#)

Migalhas - 16/08/2024

A CAT - comunicação de acidente de trabalho não é exigível, de forma preventiva, em caso de assalto a agência bancária, sem a existência de prova de lesão ou incapacidade laborativa dos empregados que presenciaram o evento. Assim decidiu a 5ª turma do TST, reformando acórdão do TRT da 15ª região.

[TRT-17 reverte justa causa de empregado com depressão demitido por faltas](#)

Migalhas - 15/08/2024

Um operador de máquinas residente em Medianeira/PR obteve êxito na reversão de sua demissão por justa causa. O trabalhador, que passava por tratamento psicológico devido a quadros de depressão e ansiedade após o falecimento de seu irmão, teve sua dispensa questionada na Justiça do Trabalho. A alegação da empregadora, uma cooperativa agroindustrial, para a demissão foram as ausências injustificadas do funcionário em seu posto de trabalho.

[TST: Intervalo suprimido após reforma é indenizatório, não salarial](#)

Migalhas - 15/08/2024

Empresa pagará intervalo intrajornada suprimido de ex-funcionário apenas pelo período não concedido e de forma indenizatória. Ao julgar recurso de revista, o ministro Luiz José Dezena da Silva, do TST, entendeu que, mesmo o con-

trato tendo sido firmado antes da reforma trabalhista (lei 13.467/17), a supressão de intervalo após a alteração legislativa deve seguir a nova redação da CLT.

[TRT-10 rejeita cobrança de taxa assistencial a trabalhadores não sindicalizados](#)

Migalhas - 14/08/2024

Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Recreativas Assistenciais do DF não poderá cobrar taxa assistencial de trabalhadores não sindicalizados. Assim decidiu a 1ª turma do TRT da 10ª região ao julgar improcedente uma ação movida pelo sindicato. O sindicato ajuizou a ação de cobrança de taxa assistencial, pactuada em instrumento coletivo celebrado entre as partes, para os casos em que não recolhida a contribuição assistencial de seus empregados. Postulou, assim, o pagamento do valor de R\$ 120,00 por trabalhador e, ainda, a instituição de multa de um salário-mínimo.

[Por fraude à execução, TRT-3 mantém penhora de imóvel vendido à irmã](#)

Migalhas - 13/08/2024

A 10ª turma do TRT da 3ª região decidiu manter a penhora sobre um imóvel urbano que havia sido supostamente vendido pelo devedor trabalhista à sua irmã. Os magistrados reconheceram a ocorrência de fraude à execução e a presença de má-fé na transação. O relator do caso, desembargador Marcus Moura Ferreira, rejeitou os embargos de terceiro apresentados e manteve a sentença que já havia determinado a manutenção da penhora sobre o bem.

[MTE emite comunicado sobre adequação a regras de certificação de EPIs](#)

Revista Proteção - 15/08/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego emitiu comunicado para alertar o mercado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) sobre a adequação a regras de certificação. Essas orientações, detalhadas na Portaria 672/2021 entram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2025. O prazo corresponde à adequação de mais seis linhas de produtos como protetor auditivo, capacete para combate a incêndio estrutural e florestal, mangas isolantes de borracha, vestimenta condutiva de segurança para proteção de todo o corpo, respiradores purificadores de ar e respiradores de adução de ar e creme protetor de segurança.

[Portaria interministerial possibilita TAC entre empregador e MTE, em casos de trabalho análogo ao escravo](#)

Revista Proteção - 15/08/2024

Uma portaria interministerial possibilita, agora, Termo de Ajustamento de Conduta TAC entre empregador e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), em casos de trabalho análogo ao escravo. A Portaria MTE/MDHC 15/2024, publicada em 26 de julho de 2024, já regulamenta o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. Esse cadastro é conhecido como “lista suja do trabalho escravo”. A novidade que chega com essa portaria, que já está em vigor, possibilita que o empregador assuma compromissos de ajuste e reparação. E, assim, tenha o nome excluído da “lista suja” e incluído em lista de signatários de TAC.

[ABIMAQ lança projeto para capacitar e esclarecer sobre NR 12](#)

Revista Proteção - 15/08/2024

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), anuncia o lançamento de um projeto para capacitar e esclarecer sobre a NR 12 – Norma Regulamentadora 12. A princípio, com o objetivo de oferecer informações atualizadas para empresas e profissionais do setor industrial, este projeto visa capacitar e esclarecer diversos públicos sobre a NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, garantindo a conformidade e a segurança no ambiente de trabalho.

[Mais países afirmam apoio à erradicação da disparidade salarial de gênero até 2030](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/08/2024

Chile e Turquia se comprometeram a se unir à Coalizão Internacional pela Igualdade Salarial (EPIC, na sigla em inglês para ‘Equal Pay International Coalition’) e dois outros países concordaram em intensificar os esforços para fechar as brechas salariais de gênero em nível nacional. Ao se juntarem à EPIC, os dois países elevam para 27 o número de governos que aderiram à meta da EPIC de alcançar a igualdade salarial entre mulheres e homens. Além disso, a Espanha – que já é membro da EPIC – e o Japão concordaram em fazer mais para apoiar a meta da EPIC.

[Número de jovens fora do mercado de trabalho, de programas de educação ou treinamento preocupa, apesar de queda na taxa de desemprego](#)

Organização Internacional do Trabalho - 12/08/2024

As perspectivas do mercado de trabalho global para os jovens melhoraram nos últimos quatro anos e espera-se que a tendência ascendente continue por mais dois anos, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, o relatório intitulado Tendências Globais de Emprego Juvenil 2024 (Global Employment Trends for Youth 2024 - GET for Youth) alerta que o número de jovens entre 15 e 24 anos que estão fora do mercado de trabalho, de programas de educação ou treinamento (comumente chamados de nem-nem ou NEET, na sigla em inglês) é preocupante e que a recuperação do emprego após a pandemia da COVID-19 não foi universal.

[Setembro Amarelo: agenda aberta para palestras gratuitas nos canteiros](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/08/2024

O Seconci-DF informa a todas as empresas parceiras que a agenda de palestras referente ao Setembro Amarelo – mês de prevenção ao suicídio e de valorização da vida está aberta. Sem nenhum custo às empresas, o setembro amarelo é de responsabilidade do serviço psicossocial da instituição. As palestras serão realizadas sempre às segundas, terças e quartas-feiras do mês de setembro, com duração de 30 a 40 minutos. O agendamento pode ser feito pelo whatsapp (61) 98166-6969 ou pelo e-mail seconci@seconci-df.org.br

[Existem prejuízos causados pelo não uso dos EPIs?](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/08/2024

A não utilização dos EPIs (equipamentos de proteção individual) de maneira adequada pode causar prejuízos e expor a empresa a diferentes penalidades (podendo ser obrigações financeiras e em casos extremos até a proibição de continuidade das atividades empresariais). Todas as empresas devem ter pleno conhecimento de suas obrigações legais em relação à Segurança e Saúde no Trabalho e muitos riscos aos quais as empresas podem se expor iniciam em não conceder e fiscalizar o uso de EPIs conforme exigido.

[Com mais de 18 milhões de pessoas com deficiência, Brasil ainda carece de conscientização e inclusão no trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/08/2024

O Brasil conta com 18,6 milhões de pessoas com mais de dois anos, que possuem alguma deficiência, o que corresponde a 8,9% da população, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua 2022), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de importantes avanços legais de proteção para as pessoas com deficiência ou PcDs, a inserção no mercado de trabalho dessa significativa parte dos brasileiros ainda enfrenta muitos desafios, que já começam com a escolaridade. Segundo a Pnad Contínua, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência é de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência o índice é de 4,1%.

[Seminário de segurança do trabalho em Sorocaba reúne especialistas do setor da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/08/2024

No próximo dia 20 de agosto, o Teatro SESI Sorocaba receberá um seminário técnico voltado para a prevenção de acidentes graves e fatais na indústria da construção. O evento ocorrerá das 13h30 às 17h30 e contará com transmissão simultânea pelo YouTube nos canais do Seconci-SP e SindusCon-SP. O seminário tem como objetivo principal informar sobre as exigências legais atuais referentes à Segurança do Trabalho na Construção, com foco em reduzir a incidência de acidentes na região de Sorocaba.

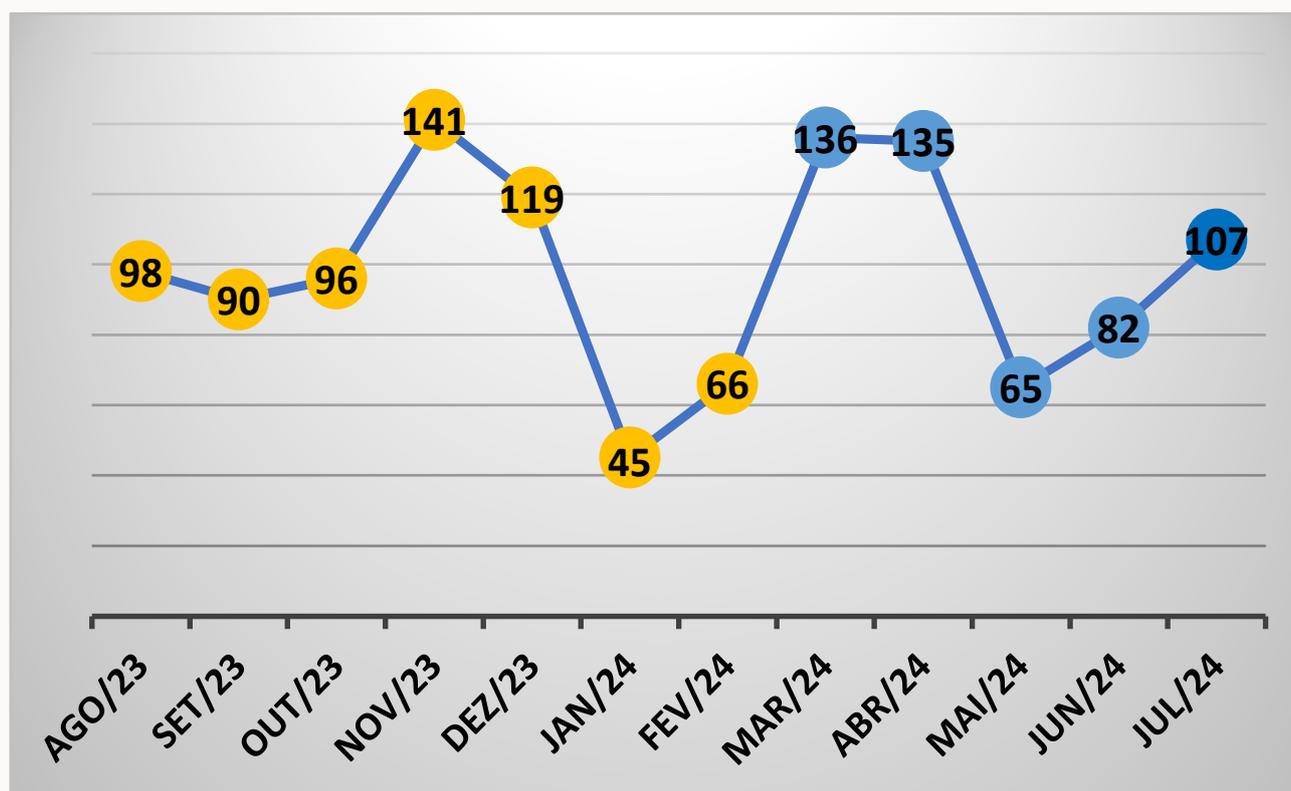
Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 1.369, DE 14 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 15/08/2024 Seção I Pág. 243) - Altera a Tabela 1 do Anexo I da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 35 (NR 35) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses:



Fonte: Rada SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula